

PROVINHA BRASIL E PROVA ANA: REFLEXÕES A PARTIR DA GARANTIA DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Gabriela Cedalia Cardoso-UFSM (gabicardoso24@yahoo.com.br)

Elisiane Severo da Silva-UFSM (elisiane-severo@bol.com.br)

Resumo

O presente artigo surge de inúmeros debates e discussões sobre os indicadores de qualidade que regem a educação do nosso país, bem como das políticas públicas e conferências mundiais que visam a garantia de uma educação de qualidade para todos. No âmbito destas discussões, oportunizadas primeiramente, durante as aulas da Pedagogia Licenciatura Plena (diurno) e posteriormente do Curso de Especialização em Gestão Educacional. Buscamos por meio desse artigo apresentar um panorama geral, como também uma reflexão crítica de duas principais avaliações externas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, são elas: Provinha Brasil e Prova ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), até onde orientam e garantem a tão conclamada qualidade educacional. Para isso, foi realizada uma pesquisa virtual nos sites do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em contraposição com autores como: Teixeira (1987), Rodrigues (2007) e Sacristán (2011) que oferecem a fundamentação teórica necessária para este estudo, bem como, aproximações com as nossas experiências escolares nas Escolas de Educação Básica. Esta pesquisa foi proposta durante a disciplina de Avaliação Institucional (ADE 735) do curso de especialização em Gestão Educacional (UFSM). Com este estudo conclui-se que tais avaliações, da maneira como vêm sendo aplicadas, por si só, não garantem a qualidade de ensino, pois não consideram os contextos intra e extraescolares em suas provas, principalmente as diferentes realidades e especificidades de cada escola e região, dando destaque meramente aos conteúdos.

Palavras-Chave: Indicadores de Qualidade. Avaliações Externas. Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Educação Básica.

Resumen

Este artículo aparece en numerosos debates y discusiones sobre los indicadores de calidad que rigen la educación de nuestro país, así como las políticas públicas y conferencias mundiales destinadas a la garantía de una educación de calidad para todos. Dentro de estas discusiones, primero oportunizadas durante las clases de Licenciatura de Pedagogía (durante el día) y más tarde, Especialización en Gestión Educativa. Buscamos a través de este artículo para proporcionar una visión general, así como una reflexión crítica de los dos principales evaluaciones externas de los primeros años de la escuela primaria, que son: Prueba Provinha Brasil y NAA (Evaluación Nacional de Alfabetización), por lo que la guía y asegurar calidad educativa conclamada. Para ello, un virtual de investigación se llevó a cabo en el Ministerio de Educación (MEC) los sitios y el Instituto Nacional de Ciencias de la Educación Teixeira (INEP) en contra de autores como: Teixeira (1987), Rodrigues (2007) y Sacristán (2011) que



proporcionan

los antecedentes necesarios teórico para este estudio, así como aproximaciones a nuestras experiencias escolares de las Escuelas de Educación Básica. Se propuso esta investigación durante el curso de Evaluación Institucional (DRA 735) principal de pregrado en Gestión Educativa (UFSM). Con este estudio se concluye que tales evaluaciones en la forma que se están aplicando, por sí misma, no garantiza la calidad de la educación, ya que no tienen en cuenta los contextos intra y extra-curriculares en sus competencias, especialmente las diferentes realidades y particularidades de cada escuela y región, destacando sólo el contenido.

Palabras clave: indicadores de calidad. Las evaluaciones externas. Los años de la escuela primaria. Educación Básica.

Introdução

A qualidade de educação é o assunto discutido em âmbito nacional e mundial, são muitas as propostas e alternativas para solucionar o problema atual. A educação brasileira passou por inúmeras mudanças de reorganização no seu sistema educacional ao longo da história devido à demanda da realidade que passava a exigir mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Desse modo, a educação tomou um novo redirecionamento através da Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien.

Durante esse período sucedeu o governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC/1995-2002), algumas reformas importantes foram implantadas como: a reestruturação da educação relativa á organização dos currículos por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a avaliação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FNDEF), as alterações na Legislação Educacional Brasileira, tendo como expressão maior a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº. 9.394 de 1996 e entre outras.

As reformas acima mencionadas determinaram novas formas de financiamento, gestão e avaliação da Educação Básica, mudanças importantes entre as diferentes esferas administrativas no âmbito educacional. O debate sobre a educação foi retomado no governo do Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que colocou em pauta o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constituindo-se em um conjunto de

programas e ações organizadas em torno dos eixos da Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Alfabetização.

No Governo atual (2011-2014) foram retomados alguns programas implementados durante o governo Lula e criados outros como: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em 2011 e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2012.

Como podemos verificar, a educação é de interesse coletivo decorrente das demandas da sociedade que clama pelos direitos ao acesso e a permanência, bem como a qualidade da educação para todas as crianças, jovens e adultos, garantindo-lhes as necessidades básicas para a aprendizagem, cidadania, e conseqüentemente para o trabalho. Neste sentido o Plano Nacional de Educação (PNE), prevê na Lei nº 8.035-B de 2010, no Art. 2º, a “melhoria da qualidade da educação”, bem como a “formação para o trabalho e para a cidadania”. Podemos destacar ainda a LDBN nº 9.394/96, quando afirma:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Evidenciamos, que tanto para a preparação para o mercado de trabalho quanto o exercício pleno da cidadania está previsto em Lei, assim como a busca pela qualidade educacional. Pensando nisso, o Governo Federal adotou Indicadores Nacionais de Qualidade tais como: Prova Brasil, SAEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e entre outros.

Dessa forma salientamos a importância do papel dos gestores e dos professores ao estar ciente das políticas educacionais públicas implementadas na escola como os instrumentos de avaliação que norteiam a educação deste país, principalmente os indicadores de qualidade da Educação Básica voltados para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental como seus objetivos e metas. Dando ênfase nas avaliações

externas a Provinha Brasil e a Prova ANA que se configuram como principais destaques desse artigo. É nesse ponto que vinculamos nosso trabalho para o GT pretendido, sendo este: *Políticas Educacionais: Gestão Escolar e Formação Docente*, pois acreditamos que a nossa proposta de estudo contempla o eixo escolhido.

A partir dessas considerações, este trabalho tem por objetivo: Refletir acerca dos indicadores de qualidade de duas principais avaliações externas e indicadores de qualidade para os Anos Iniciais, analisar as principais metas destas duas avaliações, bem como suas implicações no âmbito escolar. Tendo como problemática principal de pesquisa: De que forma estas avaliações orientam e garantem a tão conclamada qualidade educacional? Será apresentada neste artigo uma visão panorâmica destas avaliações externas, como também uma reflexão crítica de seu caráter educativo frente às diferentes realidades sociais e culturais da educação contemporânea.

Metodologia, caminhos percorridos...

Essa pesquisa foi proposta pela disciplina de Avaliação Institucional (ADE 735) do curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por meio de uma pesquisa virtual no site do MEC e o INEP a partir dos resultados obtidos na pesquisa e discussões em sala de aula que complementaram os debates sobre tais avaliações a partir daí surgiu o interesse na escrita desse artigo.

Sendo assim, utilizamos a abordagem de cunho qualitativo, que se desenvolveu por meio da análise das informações obtidas nos sites, já citados anteriormente, em contraposição com as nossas experiências profissionais em Escolas de Educação Básica, provas e relatórios de avaliação oriundos do governo, bem como, com autores que oferecem a fundamentação teórica necessária para este estudo, são eles: Teixeira (1987), Rodrigues (2007) e Sacristán (2011).

Procuramos assim, propor uma reflexão não somente baseada nos dados obtidos na pesquisa e referenciais teóricos, mas principalmente, realiza contrapontos com as práticas pedagógicas, experiências e conhecimento destas provas e suas implicações no âmbito escolar.

Análise dos Resultados

Desde 1990, o INEP vem produzindo indicadores que medem a qualidade da educação brasileira, porém estes índices têm mostrado grandes dificuldades dos alunos, principalmente dos anos iniciais, na área da leitura e resolução de problemas. Para solucionar esse problema o governo investiu em ações governamentais através do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” como: a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos, determinando a entrada de crianças com seis anos na escola e a criação do PNAIC assegurando a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade. Para avaliar a inserção de tais ações no ambiente escolar, foi criada a Provinha Brasil e a Prova ANA, a fim de diagnosticar os principais problemas referentes á alfabetização.

Estas provas consistem em avaliações externas, que juntamente com a Prova Brasil, SAEB e o IDEB se configuram como Indicadores de Qualidade da Educação Básica. Segundo o MEC (2004, s/p) “Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola”. É a partir dos dados obtidos através destas provas que o governo capta os principais problemas das escolas e cria diversas ações governamentais que intervém na tentativa de melhorar a qualidade de ensino. Porém, estes indicadores retratam a educação brasileira, suas possibilidades e limites através de dados quantitativos, ou seja, números o que nos resta saber é até que ponto estes dados quantitativos oferece perspectivas de mudanças e garantem a tão conclamada qualidade de ensino? Para responder essa pergunta, tendo como foco de análise e discussão, a qualidade da

Educação Básica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, destacamos como ponto de discussão as seguintes avaliações:

Provinha Brasil: objetivos e concepções...

A Provinha Brasil, também conhecida como Avaliação da Alfabetização Infantil tem por objetivo *investigar o desenvolvimento das crianças relativo à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática*. Esta prova é realizada pelos estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental de Escolas Públicas Brasileiras, aplicada duas vezes, no início e no final do ano letivo. A prova é elaborada e distribuída pelo INEP para todas as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, contando com a participação de todas as escolas.

A referida avaliação é aplicada em crianças na faixa etária de sete anos de idade, momento em que há uma ruptura entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, onde as brincadeiras dão lugar aos conteúdos da educação formal, período em que as crianças são obrigadas a demonstrar resultados satisfatórios cada vez mais cedo, sem muitas vezes saber a sua finalidade. Compreendemos que a Provinha Brasil da forma como é aplicada não oferece uma qualidade de ensino, pois não atende às necessidades e singularidades de cada escola. São provas padrões, modelos únicos, aplicados a todas as escolas de todas as regiões de maneira igual, não levando em consideração as diferentes realidades. De acordo com Teixeira (1987, p.83)

A dificuldade está em que os “modelos” de administração propostos, por se fundarem no paradigma da simplificação, ignoram toda a complexidade da realidade da escola, a sua pluralidade e o fragmento de sua vida cotidiana, ao tentar analisar todos os problemas pelo prisma da produtividade e da eficácia.

Percebe-se assim, que a educação da maneira como está sendo guiada por meio dessas avaliações, está considerando apenas a eficácia e a produtividade por meio de números, o governo, muitas vezes, pautado na racionalidade, preocupa-se mais na



formação profissional do que na formação social dos estudantes. No entanto, acreditamos na boa intencionalidade destas avaliações, pois em seus objetivos buscam garantir uma educação de qualidade para todos. O que questionamos aqui é a maneira como estas provas estão sendo aplicadas nas escolas públicas, onde nem mesmo os professores e gestores têm consciência e conhecimentos destas avaliações e conteúdos, ficam alheios a qualquer programa que é inserido dentro da própria instituição, ficando assim a mercê das decisões do governo, infelizmente não estão sabendo fazer uso da autonomia escolar. Segundo o MEC:

Não existe um padrão ou uma receita única para uma escola de qualidade. Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca a qualidade da educação. (p.5)

Em contrapartida não presenciamos a autonomia na busca da qualidade da educação ao elaborar tais avaliações, o governo não leva em conta os interesses dos professores e os próprios alunos, como também não oferecem informações e oportunidades para que os gestores conheçam seus direitos e tenham conhecimento do que está acontecendo no âmbito educacional.

Prova ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização)

A ANA está incluída em uma avaliação de larga escala, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que tem como objetivo *avaliar a Educação Básica Brasileira e contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e para a universalização de acesso a escola*. A ANA foi incorporada ao SAEB através da Portaria nº 482, em 07 de junho de 2013, nos Art.4º e Art.5º, aonde faz menção aos objetivos e características principais:

Art. 4º A Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA terá como objetivos principais: I - avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência (incluindo as condições de oferta) do Ciclo de Alfabetização das redes públicas;

II - produzir informações sistemáticas sobre as unidades escolares, de forma que cada unidade receba o resultado global.

Art. 5º A Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA terá como características principais: I - ser uma avaliação censitária, de larga escala, externa aos sistemas de ensino público, aplicada anualmente no Ciclo de Alfabetização; (...) III - contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira e adequados controles sociais de seus resultados; IV - concorrer para a melhoria da qualidade do ensino, redução das desigualdades e democratização da gestão do ensino público (...). V - oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. (PORTARIA nº482/2010, p.01, grifo nosso)

Desse modo, a ANA tem por finalidade avaliar os níveis de alfabetização dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática ao final do Ciclo de Alfabetização, ou seja, o 3º ano do Ensino Fundamental. Surgiu a partir da necessidade de avaliar os conhecimentos de alfabetização dos alunos, esta necessidade se intensificou depois da inserção do PNAIC. O PNAIC é um programa do MEC, compromisso formal assumido entre os entes federativos, instituído pela Portaria nº 867, do dia 04 de julho de 2012, tem como objetivo alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade ou ao final, chamado Ciclo de Alfabetização, que abrange o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental. O programa prevê curso de formação continuada aos professores alfabetizadores que atuam nas turmas de 1º ao 3º, além da formação é disponibilizado materiais de apoio pedagógico como jogos e livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos respectivos anos

Acreditamos que o programa tem se constituído como uma ótima proposta de trabalho nas escolas, levando em conta a ludicidade como um aspecto importante no aprendizado da criança, não somente na alfabetização. O que questionamos qual é a idade certa? Pois, cada criança tem seu tempo de aprender, cada criança tem suas singularidades e dificuldades e que devem ser levadas em consideração na proposição das atividades e principalmente nas avaliações, cada um aprende de um jeito em um tempo diferente.

Quando se remete a alfabetização, podemos afirmar que o primeiro contato com a leitura e a escrita da criança não se dá na escola. Pois, quando nasce a criança já está em contato com diversos tipos de escritas e leituras, seja por meio de jornal, televisão, livros, revistas, encartes de supermercado ou embalagens de produtos, vivemos em uma sociedade letrada e no nosso de ponto de vista, o ciclo de alfabetização não começa no 1º ano do Ensino Fundamental, mas sim desde o primeiro dia vida da criança.

Considerações Finais

Concluamos a partir deste estudo, que a educação no contexto das avaliações externas e indicadores de qualidade adquirem a função de formar profissionais para o mercado de trabalho e para enfrentar a luta pela entrada na universidade, focando na aquisição de habilidades e competências específicas do aprender a fazer. Entretanto, os resultados dessas avaliações educacionais, nem sempre expressam os anseios da escola. Sacristán (2011, p.50) questiona o poder do governo em determinar certas competências na educação, como também afirma “a pouca eficácia e baixo nível de utilidade de mudar e melhorar a educação regulando e ordenando a realidade sem contar com ela e com seus habitantes.” (SACRISTÁN, 2011, p.50). Sacristán quer nos dizer que tais avaliações são elaboradas focadas na educação, mas sem contar com a diversidade de cultura e diversas realidades que ela abrange.

Além disso, precisamos considerar que uma educação de qualidade não se restringe somente a planos e ações de governo, se não tivermos uma gestão empenhada em fazer as mudanças acontecerem e principalmente professores capacitados, focados acima de tudo, na aprendizagem das crianças e jovens que estão formando para o futuro, não iremos atingir nossas metas. É preciso ter uma gestão ciente de seus direitos e deveres, saber exigí-los e empregá-los de modo a favorecer a qualidade de ensino.

Logo, acreditamos em uma escola que prepare para o futuro, para o verdadeiro exercício da cidadania, focando na formação integral do ser humano em seus

aspectos físico, político, social, cultural, profissional e afetivo. Considerando as diversidades culturais que compõe o nosso país, bem como as diversas realidades e até mesmo condições de sobrevivência que se encontram muitos de nossos alunos. Para tanto, precisamos considerar que a educação não é uma mera mercadoria ou curso técnico que visa á entrada na universidade, sua função vai muito além disso, visa acima de tudo a formação do cidadão como sujeito histórico, de direitos e deveres. Desse modo, o progresso só vai acontecer quando passarmos a olhar a educação como algo qualificável e não quantificável.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/index.php>> Acesso em: 29/06/2014.

BRASIL. LDBN (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**: aprovada em 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília.

_____. Lei nº 8.035-B de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. 2010. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoestemporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-planonacional-de-educacao/documentos/outros-documentos/avulso-pl-8035-10-c>> Acesso em: jun. 2014.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>> Acesso em: jun. 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, 6. ed.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Educar por competências – o que há de novo?**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TEIXEIRA: Maria Cecília Sanchez. Alternativas Organizacionais: Um estudo do redimensionamento das questões educacionais e administrativas. In: FISCHMANN, Roseli (Org). **Escola Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1987.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para Todos: A tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.